



Política de Rateio e Divisão de Ordens

Versão 1.3 – janeiro de 2026

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

ÍNDICE

| | |
|--|----------|
| 1. Propósito | 3 |
| 2. Base Legal..... | 3 |
| 3. Responsabilidade | 5 |
| 4. Critérios de Rateio de Ordens..... | 5 |
| 5. Transmissão de Ordens | 7 |
| 6. Custos das Operações | 7 |
| 7. Conflitos de interesses | 7 |
| 8. Documentação e Armazenamento | 8 |
| 9. Revisão e Programa de Compliance | 9 |
| 10. Controle de Versões | 9 |

1. Propósito

Este documento (“política de rateio e divisão de ordens” ou “política”) tem como objetivo formalizar a metodologia e os critérios adotados na alocação de ordens no âmbito da gestão das Classes sob sua responsabilidade, assegurando precisão, transparência e, sobretudo, imparcialidade nesse processo das respectivas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”)

Ao estabelecer diretrizes claras, a Parcitas busca garantir a alocação justa e equitativa de ordens entre as carteiras das Classes sob gestão, de forma que as ordens de compra e venda de ativos financeiros emitidas sejam registradas, agrupadas e distribuídas de maneira isonômica, respeitando o princípio de tratamento igualitário entre as carteiras – especialmente quando estas adotam estratégias de investimento semelhantes.

A adoção e observância rigorosa desta política geram benefícios diretos a todos os clientes da Parcitas, na medida em que asseguram que os resultados (ganhos ou perdas) observados nas carteiras sejam exclusivamente atribuíveis à gestão discricionária e às decisões de investimento, afastando riscos oriundos de falhas operacionais, arbitrariedades ou práticas que possam comprometer a integridade do processo de alocação.

No cumprimento de seu dever fiduciário, a Parcitas reafirma seu compromisso com a condução diligente e ética da atividade de gestão, zelando estritamente pelo interesse de seus clientes e envidando seus melhores esforços para garantir a eficácia, justiça e integridade de todos os procedimentos adotados.

Esta política deverá ser integralmente observada por todos os diretores, sócios, colaboradores, empregados, estagiários e demais profissionais que, de qualquer forma, contribuam para a execução das atividades da Parcitas (“Colaboradores”), especialmente aqueles diretamente envolvidos nos processos de alocação de ativos nas carteiras sob gestão da Parcitas.

2. Base Legal

Esta política é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho de todos os Colaboradores, refletindo o compromisso da organização com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), além do cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Esta política orienta as ações e decisões de todos os Colaboradores, assegurando que as atividades da Parcitas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam a Política de Rateio e Divisão de Ordens da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Manual Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação do Manual

Para a interpretação dos dispositivos deste Manual de Controles Internos, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade do Manual

As disposições deste Manual aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução

CVM 175.

3. Responsabilidade

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta política é uma atribuição do Diretor de Riscos e Compliance, que deverá implementar os controles estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Compliance.

A área de Riscos e Compliance é responsável pela atualização das informações necessárias para a manutenção dos controles relativos aos critérios preestabelecidos pelo Comitê de Riscos e Compliance e que devem ser observados nesta Política de Rateio e Divisão de Ordens, cujas diretrizes devem ser seguidas por todos os colaboradores envolvidos na equipe da gestão de investimentos da Parcitas.

O Diretor de Riscos e Compliance também tem como responsabilidade monitorar e assegurar o cumprimento desta política. Nesse sentido, ao identificar um potencial situação de violação prevista ou não nesta política, cabe total autonomia para o enquadramento imediato.

Quaisquer dúvidas ou indício de desenquadramento desta política deverá ser levada ao Diretor de Riscos e Compliance. Toda a comunicação com o Diretor de Riscos e Compliance sob a presente política tem caráter confidencial, devendo ser feita através do e-mail: compliance@parcitas.com.br.

4. Critérios de Rateio de Ordens

4.1. Introdução

A Parcitas realiza a gestão de diferentes Classes de fundos de investimento financeiro e, para tanto, adota os princípios e diretrizes definidos nesta Política para fins de rateio e alocação de ordens.

Atualmente, as gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos e Parcitas Ações Gestão de Investimentos realizam a administração de seus respectivos fundos e classes por meio de contas mantidas em carrying brokers distintos, sem o compartilhamento de uma única Conta Master. Por esse motivo, as ordens são especificadas diretamente nas contas correspondentes a cada fundo ou classe.

Caso, futuramente, os fundos e classes venham a compartilhar uma mesma Conta Master junto a um único carrying broker, os procedimentos operacionais e controles necessários seguem como estruturados e incorporados a esta Política.

Para os fundos que investem majoritariamente em ativos líquidos, a Parcitas pode consolidar as ordens em uma Conta Master e, após a execução, proceder com o rateio proporcional entre as Classes. Esse processo considera o preço médio de execução e os critérios estabelecidos no sistema interno.

O sistema de gerenciamento da Parcitas realiza o cruzamento entre a ordem executada e a operação registrada, e, em caso de conformidade, realiza a alocação conforme parâmetros predefinidos. A régua de rateio, configurada no sistema de boletagem, é atualizada diariamente pela equipe de Riscos e Compliance, com base no patrimônio das Classes, regras de alavancagem, políticas de investimento e regulamentos específicos.

Caso ocorra alguma divergência no preço médio, por exemplo, quando a quantidade de ativos a ser alocada não comporta participação em todos os lotes operados no pregão, será priorizado o lote cujo valor financeiro mais se aproxima do preço médio geral da negociação.

Critérios Gerais de Rateio:

(i) Preço: Alocação com base no preço médio das ordens de compra de um mesmo ativo, bem como preço médio das de venda do mesmo ativo, no mesmo dia. Exceções incluem ordens previamente alocadas, fundos com custódia qualificada externa, ordens de pequena quantidade, lotes indivisíveis ou necessidades de enquadramento.

(ii) Exceções: Casos em que o rateio proporcional não pode ser aplicado incluem ordens com valores irrisórios, lotes indivisíveis, restrições de caixa ou risco, especificações prévias e estratégias sistemáticas.

(iii) Quantidade: O rateio segue proporcionalidade em relação às ordens originais, sujeito a ajustes por arredondamento e presença de lotes mínimos.

(iv) Fatores Adicionais:

- Patrimônio líquido de cada Classe;
- Estratégia e perfil da Classe;
- Captação líquida recente;
- Posição de caixa;
- Aspectos tributários;
- Perfil de risco;

Alterações nos critérios de alocação devem ser registradas com justificativa. O carrying broker realiza a alocação inicial conforme instruções da Parcitas, que verifica e audita os dados posteriormente.

4.2. Critérios

- Ações: Escolha pelo Diretor de Gestão. Alocações baseadas em análises fundamentalistas, estratégias específicas e perfil das Classes.
- Derivativos: Estratégias customizadas para proteção, alavancagem ou posicionamento, de acordo com o perfil de cada Classe.
- Cotas de Classes: Especificação por Classe com base em política de investimento, cronograma financeiro e liquidez. Rateio proporcional entre participantes da mesma oferta.

5. Transmissão de Ordens

A Parcitas poderá definir que uma corretora realize ou registre operações de compra ou venda de ativos, em nome de uma ou mais carteiras sob gestão, seja em conta individual ou em Conta Master, conforme as condições previamente estabelecidas. Conforme as ordens são executadas no mercado, os Colaboradores da Parcitas registram os dados no sistema de boletagem.

As corretoras, por sua vez, repassam essas ordens ao carrying broker conforme acordos operacionais firmados entre as partes. O carrying broker consolida as ordens recebidas das corretoras em uma conta única para posterior divisão e alocação entre as carteiras.

As ordens podem ser transmitidas verbalmente, por telefone, ou por meios eletrônicos, como e-mail, Bloomberg ou sistemas específicos de negociação. Independentemente da forma de envio, todas as ordens devem ser confirmadas pelos Colaboradores da Parcitas, de forma a garantir sua rastreabilidade, validade e arquivamento adequado.

6. Custos das Operações

Os custos das ordens executadas para mais de uma carteira são rateados proporcionalmente em quantidade e valor, de modo a garantir a equidade entre as carteiras. A equipe de Riscos e Compliance audita diariamente os relatórios de comissão.

7. Conflitos de interesses

Ordens de Classes têm prioridade sobre ordens de pessoas ligadas à gestora. A Parcitas não possui intermediários financeiros vinculados, mas, se houver, será observada a best execution.

7.1. Operações entre Classes

Excepcionalmente, a Parcitas poderá conduzir negociações diretas entre diferentes Classes sob sua gestão, desde que tal prática seja permitida nos respectivos regulamentos. Nesses casos, a

Equipe de Riscos e Compliance avaliará a justificativa apresentada pela Equipe de Gestão, com base na situação específica. A operação somente será aprovada caso o Diretor de Riscos e Compliance não identifique potenciais conflitos de interesse.

Para que esse tipo de operação seja permitido, a contraparte vendedora deverá atender, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Estar desenquadrada por motivos regulatórios, legais ou internos;
- Ter a venda fundamentada em decisão estratégica da carteira, devidamente registrada nos sistemas internos da gestora.

Do lado comprador, o ativo em questão só poderá ser adquirido se estiver alinhado à estratégia de investimento da Classe, com documentação formal em e-mail ou ata da Equipe de Gestão.

Antes de qualquer movimentação, as informações da negociação – incluindo ativo, quantidade, tipo da operação e critérios atendidos pelas contrapartes – devem ser encaminhadas ao Diretor de Riscos e Compliance, que avaliará e autorizará a transação por e-mail.

As operações devem ocorrer em mercado organizado, respeitando os parâmetros praticados no mercado – como preços dentro das ofertas registradas por corretoras, preços de fontes oficiais (como ANBIMA), ou metodologias internas validadas pelo administrador fiduciário. Na ausência de mercado organizado, a precificação será realizada por terceiros independentes ou aprovada em Assembleia de Cotistas, conforme aplicável.

Tais transações não podem gerar rentabilidade desproporcional entre veículos, em prejuízo de qualquer uma das Classes. Caso envolvam reenquadramento, o preço praticado nunca poderá ser inferior ao necessário para garantir o reenquadramento da Classe vendedora.

A Parcitas manterá registro completo dessas operações, incluindo justificativas e preços praticados, por período não inferior a cinco anos.

8. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas à presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

A Parcitas manterá à disposição dos cotistas, em sua sede, o resumo dos votos proferidos nas assembleias em que participar como representante dos fundos ou abstenções, acompanhado de suas justificativas sumárias.

A presente política está disponível no endereço eletrônico da Gestora: www.parcitas.com.br

9. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade às normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

| Código | Controle Interno | Executor | Frequência | Verificador |
|---------------|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| PRO_1 | Controle de rateio | Riscos e Compliance | Diária | Compliance |

10. Controle de Versões

| | |
|---------------------------|--|
| Nome do documento: | Política de Rateio e Divisão de Ordens |
| Área de emissão: | Riscos e Compliance |
| Responsável: | Diretor de Riscos e Compliance |

| Data | Versão | Número de Páginas | Nome do Aprovador |
|-------------|---------------|--------------------------|-----------------------------------|
| 10.04.23 | 1.0 | 6 | Diretor de Investimentos e Riscos |
| 25.03.24 | 1.1 | 6 | Diretor de Investimentos e Riscos |
| 25.05.25 | 1.2 | 9 | Diretor de Investimentos e Riscos |
| 02.01.2026 | 1.3 | 9 | Diretor de Investimentos e Riscos |



parcitas
i n v e s t i m e n t o s